



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Ofício nº 718/2025 - PGM

Vilhena, 17 de dezembro de 2025.

Exmº. Sr.

Celso Eduardo Machado

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nesta.

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Vem-se, por meio deste, submeter à elevada consideração desta Casa o anexo **Projeto de Lei nº 7321/2025**, que altera a Lei nº 6.625, de 9 de dezembro de 2025, que "Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal "e-REFIS" do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para débitos decorrentes de inconsistências de faturamento identificadas pela Malha do Cartão Cidade, e dá outras providências", para corrigir erros redacionais nos artigos 3º e 6º da norma, de modo a evitar eventuais questionamentos sobre a interpretação desta.

Na certeza de acolhida e no compromisso dos Nobres Parlamentares, solicitamos a apreciação da matéria pelo rito comum, com fundamento na Resolução nº 30, de 7 de fevereiro de 2020.

Subscrevemo-nos com votos de elevada estima e distinta consideração.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data: 18/12/25

Hora: 7h27

Daniella Belli
Daniella Belli
Matricula nº 400005



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 7.321 /2025

M E N S A G E M

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Vereadoras,

Submetemos à elevada apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 7.321, de 17 de dezembro de 2025, que altera a Lei nº 6.625, de 9 de dezembro de 2025, que "Institui o Programa Especial de Regularização Fiscal "e-REFIS" do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para débitos decorrentes de inconsistências de faturamento identificadas pela Malha do Cartão Cidade, e dá outras providências", para corrigir erros redacionais nos artigos 3º e 6º da norma, de modo a evitar eventuais questionamentos sobre a interpretação desta.

Este projeto não altera em nada a substância da norma, tratando-se de alteração para correção de meros erros materiais em dois artigos. No Art. 3º, há divergência no percentual de desconto expresso em numeral e por extenso; assim, faz-se a correção apenas dos incisos I, II e III, para ajustar o texto. Por sua vez, no Art. 6º, promove-se a correção do prazo de vigência do Programa, ajustando a previsão ao previsto no Art. 4º da norma, de modo a evitar qualquer tipo de dubiedade na interpretação.

Na certeza da acolhida e no compromisso dos Nobres Parlamentares, solicitamos a apreciação da matéria pelo rito comum, com fundamento na Resolução nº 30, de 7 de fevereiro de 2020.

Subscrevemo-nos com votos de elevada estima e distinta consideração.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



PROJETO DE LEI Nº 7-321, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025

ALTERA A LEI Nº 6.625, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025, QUE INSTITUI O PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FISCAL - REFIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN PARA DÉBITOS DECORRENTES DE INCONSISTÊNCIAS DE FATURAMENTO IDENTIFICADAS PELA MALHA DO CARTÃO CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 6.625, de 9 de dezembro de 2025, que institui o Programa Especial de Regularização Fiscal “e-REFIS” do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para débitos decorrentes de inconsistências de faturamento identificadas pela malha do Cartão Cidade, e dá outras providências, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

I – dedução de 100% (cem por cento) dos valores devidos a título de multas e juros de mora, para quitação com entrada mínima de 20% (vinte por cento) do valor consolidado e saldo remanescente parcelado em até 60 (sessenta) parcelas mensais;

II – dedução de 80% (oitenta por cento) dos valores devidos a título de multas e juros de mora, para quitação com entrada mínima de 10% (dez por cento) do valor consolidado e saldo remanescente parcelado em até 60 (sessenta) parcelas mensais; e

III – dedução de 70% (setenta por cento) dos valores devidos a título de multas e juros de mora, para quitação com entrada mínima de 5% (cinco por cento) do valor consolidado e saldo remanescente parcelado em até 60 (sessenta) prestações mensais.

.....” (NR)

“Art. 6º O prazo para adesão ao Programa estabelecido nesta Lei vigorará até 31 de dezembro de 2025.” (NR)

.....



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito.
Vilhena, 17 de dezembro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR
Prefeito



Assinado por: FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR 17/12/2025
16:11:58 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE